

RELAÇÕES ADVERBIAIS E GÊNERO DO DISCURSO

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO DECAT
(UFMG)

1. INTRODUÇÃO

A análise aqui apresentada insere-se numa pesquisa mais ampla¹ em que, procurando fornecer subsídios para uma melhor compreensão da estrutura do discurso, investiguei a maneira como as cláusulas se articulam, na língua oral e na língua escrita, focalizando um dos aspectos que contribuem para a **organização discursiva** coerente e coesiva, qual seja a **hipotaxe adverbial**.

Assumindo o princípio postulado por Matthiessen & Thompson (1988) de que **a gramática da articulação de cláusulas reflete a organização do discurso**, e partindo do pressuposto de que a hipotaxe é um fenômeno de articulação de cláusulas usadas pelo falante como opções para a estruturação de seu discurso, examinei as **relações** (“proposições relacionais”)² **adverbiais** que emergem da articulação das cláusulas com outras porções de discurso, e as **funções discursivas** a que essas cláusulas se prestam.

A análise baseou-se num *corpus* constituído de textos do gênero narrativo e do dissertativo, nas modalidades oral e escrita do português, obtidos de dez informantes de ambos os sexos, de faixa etária entre 30 e 45 anos, com nível de escolaridade superior, nascidos em Belo Horizonte ou aí radicados há bastante tempo.

A hipótese que fundamentou tal análise foi a de que **“a forma do discurso, no que tange ao uso da hipotaxe adverbial — quer quanto ao tipo de relação emergente entre cláusulas, quer quanto à posição e à forma das mesmas, quer quanto à perspectiva discursiva — é influenciada por três fatores: o gênero de discurso, a modalidade e a variação individual** (este último já tendo-se mostrado pertinente em outros aspectos da língua — conforme apontam Kato, Tarallo et alii (1993) — gerando o ‘estilo’, o ‘perfil’ do falante).” (Decat 1993:71) Em outras palavras, trabalhei com a hipótese de que a maneira como se manifestam as relações hipotáticas adverbiais no discurso, bem como o papel a que as cláusulas servem, podem diferir

¹ Cf. Decat (1993), tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Mary Aizawa Kato.

² Para maiores detalhes, cf. Decat (1993), Matthiessen & Thompson (1988)

conforme o tipo de discurso, em decorrência dos objetivos discursivos ou funções comunicativas que o falante pretenda alcançar³.

A insuficiência das descrições disponíveis, seja das análises tradicionais, seja de enfoques lingüísticos mais modernos, justificou um tratamento que levasse em conta os fatos em seu comportamento **no discurso**, pois somente nesse nível é possível captar-se o funcionamento real da linguagem, as **relações** entre os fatos e as **funções discursivas** a que se prestam para a comunicação. Assim, a **abordagem funcional-discursiva** adotada procurou evidenciar, a partir da hipótese acima:

a) os tipos de relações implícitas (ou “inferências”, “proposições relacionais”) adverbiais que emergem da articulação das cláusulas no discurso;

b) a codificação sintática das cláusulas adverbiais em termos de marcas formais e de posicionamento em relação à porção de discurso com a qual se articulam;

c) as funções discursivo-textuais de ‘preenchedor de margem’, ‘fundo’, ‘tópico’, ‘guia’, ‘ponte de transição’ a que se prestam as cláusulas hipotáticas adverbiais, quer dentro de um enunciado, quer relacionando enunciados entre si;

d) a distribuição da hipotaxe adverbial através de uma comparação entre os tipos de discurso, apontando para as suas diferenças como decorrentes da influência dos três fatores levantados na hipótese.

A análise evidenciou a **produtividade** dos fatores **gênero**, **modalidade** e **variação individual** na determinação da hipotaxe adverbial em português. O exame dos dados apontou, entretanto, para algumas **diferenças** entre os discursos, as quais podem ser atribuídas à influência predominante de algum dos fatores acima, ou mesmo de uma combinação de fatores.

Neste trabalho serão apresentados os resultados da comparação dos discursos, focalizando mais especificamente o peso do fator **gênero** no uso da hipotaxe. Serão discutidos três aspectos: a) a incidência desse tipo de articulação de cláusulas no *corpus*; b) o tipo de relação adverbial hipotática predominante em cada gênero; e c) a posição e a forma das cláusulas adverbiais, aliadas à sua função textual-discursiva. Alguma observação sobre a influência dos outros dois fatores terá, para os propósitos presentes, caráter elucidativo e complementar.

2. A INCIDÊNCIA DA HIPOTAXE ADVERBIAL

As cláusulas hipotáticas adverbiais constituem 11,0% do total de cláusulas dos discursos narrativo e dissertativo, orais e escritos. Em números absolutos essa

³ Por **discurso** entende-se, aqui, num sentido mais amplo, o **produto de uma atividade lingüística numa situação real de comunicação**. Nessa acepção pode-se falar, portanto, em discurso narrativo, discurso dissertativo, discurso oral, discurso escrito, discurso acadêmico, etc. Num sentido mais restrito, discurso será entendido como “*uma unidade maior de mensagem*”, como postula Givón (1984:137), cuja organização ultrapasse o nível sentencial, ou do período. Em decorrência desse sentido restrito, o **enunciado** será visto como uma **unidade sintática NO discurso**, podendo constituir-se de uma ou mais cláusulas.

percentagem equivale às 490 cláusulas que foram objeto da presente análise, das quais a maior parte se concentra no discurso dissertativo, perfazendo 60,8%, o que sugere, de início, a supremacia desse gênero em relação ao narrativo no que diz respeito ao volume de ocorrências de cláusulas hipotáticas. No entanto, o exame do *corpus* global sob o **prisma da modalidade** — obtendo-se, assim, um *sub corpus* oral e um escrito, sem diferenciação quanto ao gênero dos discursos parece indicar, inicialmente, que esse fator estaria influenciando na incidência das cláusulas adverbiais, dada a ligeira vantagem dos discursos escritos no que se refere à distribuição das cláusulas adverbiais em relação aos outros tipos de cláusulas exibidos nos discursos. Também a comparação da modalidade em cada gênero sugere conclusão semelhante.

Por outro lado, embora a comparação tenha revelado a supremacia da modalidade oral sobre a escrita, é também de se destacar a significativa diferença entre o discurso **narrativo oral** e o **dissertativo oral**, bem como entre o **narrativo** e o **dissertativo escritos**. Essa situação aponta, portanto, para um outro aspecto importante: o de poder estar havendo, nesse caso, uma influência do fator **gênero** na incidência das cláusulas adverbiais no *corpus* analisado.

Os resultados de um novo processamento dos dados, divididos, dessa feita, em quatro *sub corpora* — opondo, assim, os discursos quanto ao gênero e quanto à modalidade — fornecem, inicialmente, evidências de um comportamento de certa forma equilibrado dos diferentes discursos. No entanto, uma análise mais detida permite depreender-se, desses resultados, uma ‘escala’ de incidência das cláusulas adverbiais. Embora a diferença entre as taxas percentuais não seja significativa, ela sugere uma progressão, uma hierarquia na percentagem de emergência da hipotaxe adverbial nos discursos. Partindo da menor para a maior taxa de incidência, tal escala pode ser assim esquematizada:

narrativo oral → dissertativo oral → dissertativo escrito → narrativo escrito

Uma primeira leitura dessa escala permite uma ‘divisão’ que coloca, de um lado, os discursos orais e, de outro, os escritos. Poder-se-ia, então, concluir pela influência do fator **modalidade** para essa diferenciação, principalmente levando-se em conta que os dois discursos escritos têm praticamente a mesma taxa de ocorrência de cláusulas hipotáticas. No entanto, uma segunda leitura aponta para a uma diferenciação entre os discursos com base no fator **gênero**, pois só assim se pode explicar a ocorrência dos discursos narrativos nos extremos opostos da escala. Dessa segunda interpretação da escala decorre uma outra, que também reconhece no gênero o fator condicionador para a ocorrência mais baixa na narrativa oral, constituindo os outros três discursos um grupo diferenciado, pois neles as taxas se aproximam mais.

Esse comportamento diferenciado da narrativa oral encontra evidências no exame da distribuição dos outros dois tipos de cláusulas: as subordinadas encaixadas e as coordenadas. Em todas as duas situações a narrativa oral se distancia bem dos outros discursos, seja exibindo a menor taxa de ocorrência — no caso das subordinadas encaixadas — seja detendo o maior percentual, como no caso das estruturas de coordenação. Nem por isso se pode deixar de considerar que a modalidade esteja

influindo. No entanto, tudo indica ser o gênero o fator cujo condicionamento se faz mais forte. A modalidade parece estar exercendo, assim, um papel secundário. No caso do discurso dissertativo, por exemplo, não houve, em nenhuma das três situações (cláusulas subordinadas encaixadas, coordenadas adverbiais) uma diferença significativa entre o oral e o escrito. Isso sugere a conclusão de que a **modalidade** influenciou gerando a diferença entre a narrativa oral e a escrita **pelo fato de se tratar de um discurso do gênero narrativo**. Se assim não fosse, tal influência se teria feito presente também para dar origem a diferenças mais significativas entre o discurso oral e o escrito do gênero dissertativo.

Um novo processamento dos dados considerou a **variação individual** como um possível fator condicionador da incidência das construções hipotáticas adverbiais nos diversos tipos de discurso aqui examinados. As diferenças individuais detectadas não foram discutidas à luz de variáveis externas como, por exemplo, sexo e idade, mas como uma decorrência do “**sotaque sintático**”, noção dada em Kato (1985). Tal ‘sotaque’, ou **estilo**, serve para explicar o comportamento diferenciado dos informantes no uso da hipotaxe adverbial.

Em termos gerais, os dados revelaram diferenças entre os informantes quanto à quantidade de uso das cláusulas adverbiais. Resta saber se a interferência dessa **variação individual** se faz sentir também quando são examinados os quatro tipos de discurso separadamente, pois essa diferença pode decorrer do componente avaliativo ou do de orientação (o que se verá mais adiante).

Ao ser examinada a ocorrência de cláusulas adverbiais por informante em cada tipo de discurso separadamente, os dados apontaram para a possibilidade de estar a variação individual, de certa forma, ‘sujeita’ à influência do fator modalidade. Em outras palavras: **é certo que houve alterações de caráter individual provocadas pela modalidade do discurso; essas alterações se fizeram para mais, ou para menos, em decorrência do ‘estilo’ de cada informante**. Assim, não se pode dizer que a incidência das cláusulas adverbiais nos discursos examinados seja fruto da interferência somente do fator **gênero**, ou somente do fator **modalidade**; os dois se fazem sentir, com predominância de um ou de outro. A eles soma-se também o fator **variação individual**, responsável pelas idiosincrasias que caracterizam o chamado **sotaque sintático**, ou ‘estilo’ de cada informante.

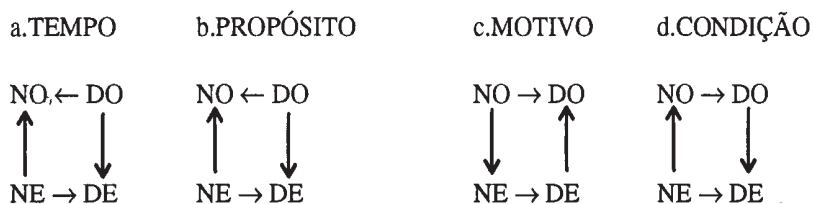
3. TIPOS DE DISCURSO X RELAÇÕES ADVERBIAIS

Tomando-se, como parâmetro, o **tipo de relação adverbial** realizada linguisticamente pelas cláusulas, importa saber, numa análise **qualitativa**, que tipo de hipotaxe adverbial predomina em cada discurso e as possíveis explicações para as preferências detectadas.

Os dados evidenciaram a emergência de sete tipos de relações adverbiais, a saber: **TEMPO, PROPÓSITO, MOTIVO, CONDIÇÃO, CONCESSÃO, MODO E EXCLUSÃO**.

Esses dados sugerem, inicialmente, a preferência dada, nos discursos de modo geral, a alguns tipos de relações — ou **proposições relacionais** — que emergem da articulação hipotática das cláusulas. Assim é que relações como TEMPO, PROPÓSITO e MOTIVO⁴ estão presentes, com incidência bastante significativa, em todos os discursos, independentemente da modalidade ou do gênero a que cada um pertence. Tal constância permitiu a rotulação dessas relações como **tipos básicos**, pelo menos a esses discursos. No entanto, ela é insuficiente para que se possa estabelecer uma caracterização dos discursos, uma vez que eles divergem quanto às taxas de ocorrência das cláusulas que manifestam tais relações.

Vários cruzamentos dos dados foram, então, feitos, levando-se em conta ora a modalidade, ora o gênero, ora ambos de forma global. E os resultados apontaram para uma diferenciação dos discursos quanto ao favorecimento de uma determinada relação. Assim, o comportamento das quatro relações que mais incidiram nos diversos discursos pode ser esquematizado da maneira como se segue:



(NO = narrativo oral; DO = dissertativo oral; NE = narrativo escrito; DE = dissertativo escrito)

Tais esquemas permitem também uma visualização das **semelhanças e diferenças entre os discursos — via gênero ou via modalidade** — em termos das relações que são neles mais incidentes.

Quanto à relação de TEMPO, o esquema sugere, inicialmente, que o gênero narrativo supera o dissertativo em termos de emergência dessa relação. De modo mais global, desponta a supremacia do discurso narrativo oral.

No caso da relação de propósito — embora o esquema acima, da maneira como delineado, a iguale à relação de TEMPO — os dados sugerem a supremacia do discurso dissertativo e, dentro desse gênero, a da modalidade escrita. Já para o narrativo, a influência da modalidade deu-se de modo inverso, ou seja, prevaleceu a maior ocorrência na narrativa oral. Pode-se apontar, então, para uma possível influência do **gênero também** para a incidência da relação de PROPÓSITO. E isso se comprova, de certa maneira, por estarem nos extremos opostos o narrativo e o dissertativo escritos quanto às taxas de ocorrência dessa relação.

Também no caso da relação de MOTIVO há evidências de que o **gênero** novamente se insinua como fator mais influenciador da emergência da relação, o que

⁴ Para os propósitos da presente análise, considera-se sob o rótulo de MOTIVO qualquer articulação de cláusulas que expressem causa, explicação, razão, justificativa, etc.

explica a oposição entre os dois discursos orais — narrativo e dissertativo. É oportuno registrar que entre os dois discursos escritos a diferença de ocorrência não é significativa; pode-se, então, dizer que na modalidade escrita os discursos dos dois gêneros têm o mesmo comportamento. No entanto, **quando se trata da modalidade oral**, o **gênero** estabelece uma maior diferenciação entre os discursos.

Finalmente, a relação de CONDIÇÃO evidencia mais uma vez a influência do **gênero**. Ao mesmo tempo em que opõe os discursos narrativos e dissertativos, levando a um aumento considerável da incidência dessa relação nesses últimos, o **gênero** também parece estabelecer a diferenciação entre discursos de mesma modalidade. Dessa maneira contrastam, por um lado, o narrativo e o dissertativo escritos, e, por outro, o narrativo e o dissertativo orais.

O quadro delineado pelas comparações feitas até aqui já aponta para uma possível influência do fator **gênero** no comportamento da hipotaxe adverbial, permitindo uma diferenciação entre os discursos. Entretanto, para verificar a validade dessa hipótese, bem como o peso desse fator em relação a outro — o da **modalidade** — foram feitos cruzamentos mais abrangentes, considerando inicialmente o **gênero** e depois a **modalidade**. **Ambos se evidenciaram como fatores de condicionamento da forma dos discursos examinados no que se refere à articulação hipotática de cláusulas**. Dependendo do tipo de cruzamento, ora um ora outro fator se mostrava mais forte. As razões para isso podem estar na própria **natureza das relações** emergentes nos discursos, como também nas **funções discursivas** que elas desempenham, o que será discutido logo adiante. Por ora tudo parece conduzir à conclusão inicial de que o gênero do discurso, em função dos propósitos e objetivos a serem alcançados pelo ato comunicativo, determina (ou favorece) o surgimento de certos tipos de relações. A **modalidade**, por sua vez, pode influir — como também pode o gênero — nas taxas de ocorrência das relações. Entretanto, deve ficar claro que um fator não elimina o outro; ao contrário, eles se complementam muitas vezes. De modo geral, no entanto, o **gênero** apresenta-se com maior peso nessa tarefa de determinar a forma do discurso.

Considerando, como postula Martin (1985:251), que o **gênero** “*representa, num nível abstrato, as estratégias verbais usadas para se atingir propósitos sociais de muitos tipos*” e que essas estratégias podem ser vistas como “*estágios que se percorre para concretizar um gênero*” (id.ib.) cumpre discutir, aqui, a questão do favorecimento de algumas relações em detrimento de outras, para que se possa subsidiar uma possível caracterização dos gêneros em termos da articulação hipotática adverbial.

Primeiramente, interessa encontrar uma explicação para a supremacia da relação de TEMPO detectada nos discursos narrativos, orais ou escritos, e mesmo para a sua incidência significativa no discurso dissertativo escrito, onde é a segunda relação de maior ocorrência.

Pelo menos para o discurso narrativo parece óbvia a explicação, tendo em vista que a narrativa se define, conforme Labov & Waletzky (1967), como a concretização lingüística de eventos ou situações numa **seqüência temporal**, exibindo, portanto, sua **função referencial**. Por força também dessa função referencial as cláusulas que

manifestam a relação de TEMPO (dentre outras) servem para **orientar** o ouvinte/leitor quanto à localização do evento no tempo⁵.

À vista disso, seria de se esperar que esse tipo de proposição relacional não emergisse em outros gêneros de discurso que não o narrativo. No entanto, ela se fez presente no discurso dissertativo do *corpus* aqui analisado. Esse é um tipo de discurso que se caracteriza pela **atemporalidade**; ou seja, não existe aí a preocupação em delimitar uma realidade no tempo, mas de apresentá-la sob seus aspectos gerais, desvinculada de uma linha temporal específica.

É possível, entretanto, dar-se conta dessa ocorrência, com base na própria caracterização dessa relação. Isso porque o campo semântico da temporalidade abrange noções como ‘proporção’, ‘limitação’, e também ‘simultaneidade’ de eventos. Exemplos dessa última são as cláusulas chamadas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de **proporcionais**, que são frequentes nos discursos dissertativos. Explica-se, assim, a ocorrência da relação de TEMPO nesse gênero, com um comportamento diferente do que se dá na narrativa. Registre-se também que a emergência dessa relação se dá de forma mais intensa no discurso dissertativo **escrito**, evidenciando, portanto, a influência da **modalidade**. Realmente, cláusulas com inferência de proporcionalidade no tempo se mostraram mais apropriadas ao discurso escrito do que ao oral do *corpus* examinado.

Merece também destaque o comportamento dos gêneros no que se refere à proposição relacional de CONDIÇÃO, que emerge tanto no narrativo quanto no dissertativo. Mas somente no discurso dissertativo sua ocorrência é significativa; e as diferenças de taxas entre o dissertativo oral e o escrito se devem à influência da modalidade. Embora não tendo sido a relação privilegiada nesse gênero, pode-se dizer que ela é **um dos elementos que o caracterizam**. O gênero dissertativo presta-se a conceituações, a formulações abstratas. É o gênero da argumentação, envolvendo a formulação de hipóteses, o raciocínio indutivo e dedutivo, da especulação sobre os aspectos mais gerais de uma realidade. Assim, as cláusulas que realizam essa proposição relacional de CONDIÇÃO se prestam a essas funções determinadas pelo **gênero**.

O comportamento do discurso dissertativo, em especial o escrito, no que se refere à relação de CONCESSÃO, explica-se uma vez mais pela natureza dessa relação. Fazendo parte do campo semântico de uma relação mais abrangente — a de TESE/ANTÍTESE, conforme postulam Matthiessen & Thompson (1988) — a proposição relacional de CONCESSÃO está, por isso, vinculada, por um lado, a assuntos textuais de apresentação e explicação, característicos do gênero dissertativo, e, por outro, à elaboração característica da escrita.

No que concerne à relação de MOTIVO, faz-se relevante uma averiguação de seu comportamento nos discursos, numa tentativa de explicar não só a sua emergência na narrativa como também a sua predominância no discurso dissertativo oral.

⁵ Cumpre deixar claro, aqui, que a hipotaxe adverbial está sendo caracterizada a partir de um critério nocional, como a relação semântica que emerge entre o satélite (concretizado pela cláusula adverbial) e o núcleo. Assim, não se caracterizam como casos de hipotaxe as cláusulas narrativas, nos termos de Labov (1967), que se dispõem numa seqüência temporal por força dos eventos por elas narrados, mas que não exibem, entre si, nenhuma relação adverbial. A seqüência das cláusulas narrativas constitui, assim, o **núcleo** com o qual algum **satélite** (cláusula adverbial) irá se relacionar.

Considerando, primeiramente, o discurso narrativo, é de se indagar a razão da ocorrência, aí, de cláusulas que manifestam essa relação, já que a narrativa é, por definição, um discurso de função predominantemente referencial, preocupado com a seqüência temporal dos eventos narrados. **Se a ocorrência das relações adverbiais decorre** — como se tem apontado até aqui — **da função a que um determinado gênero se presta**, é pelo menos de se estranhar que tal relação tenha alcançado, no discurso narrativo, níveis percentuais bastante significativos. Todavia, é a própria estrutura da narrativa, aliada à natureza daquela proposição relacional, que irá fornecer subsídios para uma explicação.

Segundo Labov (1972), além da parte central, ou da **narrativa propriamente dita** — a que ele chama de “**ação complicadora**” — para ser completa uma narrativa tem de ter outros componentes, com funções definidas. Considerada por ele como o elemento mais importante, depois da narrativa básica, a **avaliação** caracteriza-se como o meio usado pelo falante-narrador “*para indicar o ponto da narrativa, sua razão de ser*” (Labov 1972:366).

Os mecanismos avaliativos podem, ainda segundo esse autor, concentrar-se num único momento da narrativa, ou, o que é mais comum, espalhar-se por toda a estrutura, constituindo o que ele chama de “ondas de avaliação”, que suspendem a ação complicadora, no sentido de que naquele instante o falante interrompe a narração para intensificar determinados aspectos da narrativa que ele julga necessários. Assim, é na **avaliação** que são dadas causas, explicações, justificativas para a estória narrada; em outras palavras, o falante-narrador vai indicando ao ouvinte/leitor o que ele, falante, entende e o que o ouvinte deve perceber e apreciar.

Essa caracterização da narrativa — ou, no presente caso, de parte dela — aliada à natureza da relação de MOTIVO — sob cujo rótulo se enquadram inferências de causa, explicação, razão, justificativa, etc. — permite que se entenda e se explique a ocorrência, na narrativa, de cláusulas que expressam aquela relação. Pode-se afirmar, portanto, que tais cláusulas fazem parte da **avaliação** no discurso narrativo, o qual deixa de expressar uma mera sucessão de ações no tempo para realçar a perspectiva, ou o ponto de vista, dentro do qual o discurso se estrutura. Assim como as relações de TEMPO, como foi apontado acima, têm uma função dentro da narrativa — qual seja a de **orientação** — também as cláusulas causais têm seu papel naquela estrutura, servindo a uma função **avaliativa**, através do princípio da causalidade, que liga os fatos pela relação de causa e efeito.

Convém salientar que a **avaliação** funciona também como **FUNDO** para a ação complicadora, que é a **FIGURA**. Por conseguinte, aquela contém situações que **ampliam** a estória com explicações, juízos, comentários.

Assumindo-se uma tal estrutura para a narrativa, parece procedente afirmar-se que as cláusulas com inferência de CONDIÇÃO também se enquadram entre os mecanismos de avaliação. Da mesma forma explicam-se outras relações que emergiram nos discursos narrativos, embora com taxas pouco significativas, como é o caso de **CONCESSÃO** e **MODO**.

Resta, agora, encontrar uma explicação para o privilégio dado à relação de MOTIVO no discurso dissertativo oral. O que chama a atenção e merece algumas

considerações é o índice bastante elevado (36,9%), no dissertativo oral, de cláusulas que manifestam essa relação. Essa taxa equivale a três vezes mais que a ocorrência na modalidade escrita; e é também maior que a de todos os outros tipos de discurso analisados.

O exame dos dados apontou para um aspecto que se mostrou bastante relevante para a análise: a possibilidade de o percentual atingido no dissertativo oral ser decorrente de **variação individual**, revelando, assim, as preferências dos indivíduos quanto à forma de seus discursos. Isso tem a ver com a **tensão do discurso**, ou seja, o falante tem um propósito e a partir daí constrói seu discurso. É a interferência do ‘sotaque sintático’, que se faz sentir também quanto ao **tipo** de proposição relacional privilegiada pelos indivíduos. A predominância de uma relação nos discursos individuais muitas vezes reflete a situação global detectada nos discursos. Em alguns casos, porém, essas diferenças individuais contribuem para a diversificação de taxas percentuais do quadro geral dos discursos. O fato é que, embora haja um padrão, uma estrutura global que permite a caracterização dos gêneros a partir do tipo de relações proposicionais adverbiais que se concretizam num determinado discurso, existe uma variação quanto ao uso das relações, decorrente das opções do falante para a organização do discurso. É a perspectiva que ele quer dar ao discurso que vai direcionar o uso das relações adverbiais. Assim, o privilégio dado a uma relação em particular ou a um conjunto de relações vai salientar o ‘rostro’ do discurso, o seu propósito, a sua **tensão**. Em outras palavras, pode-se dizer que o **gênero** é que estaria condicionando as escolhas do falante. Conseqüentemente, ao optar por uma ou outra forma — dentro, obviamente, de suas tendências pessoais — o falante estaria fazendo sua **opção pelo uso de alguma relação adverbial dentre as que são próprias ao gênero**. Caberia, então, à variação individual a responsabilidade pelo grau de ênfase dada a uma relação específica.

Levando em consideração a estrutura da narrativa vista acima, bem como o tipo de relação privilegiada (ou o grupo de relações) pelos informantes, é possível distinguir os discursos individuais quanto ao privilégio dado ora à parte de **orientação**, ora à de **avaliação** da narrativa. Postula-se, na presente análise, que as relações de TEMPO e PROPÓSITO servem à função referencial de orientação do ouvinte quanto ao fato narrado. As demais relações estarão servindo à função avaliativa de fornecer explicações, comentários, julgamentos a respeito dos eventos narrativos. Todas, no entanto, constituem o **satélite**⁶ na relação núcleo-satélite, o **fundo** que realça, amplia, comenta, enfim dá suporte à linha de eventos.

Resta salientar que a ênfase atribuída às relações, além de refletir a perspectiva,⁷ ou a **tensão**, de cada discurso, já sugere uma conclusão. Os dados mostram

⁶ Para maiores detalhes, cf. Matthiessen & Thompson (1988). Segundo esses autores, a cláusula hipotática de “realce” (ou adverbial) constitui o **satélite** nessa relação. São aquelas cláusulas que, com **funções discursivas diversas**, e articulando-se não só com uma estrutura adjacente mas com porções maiores de discurso, têm um caráter tributário, atendendo ao papel que desempenham em relação à porção **núcleo**, revelando, assim, sua função organizacional.

⁷ Convém ressaltar também o reflexo do ‘estilo cultural’ na organização do discurso. Como postulam Matthiessen & Thompson (1988), as relações retóricas variam conforme a cultura. E nesse sentido pode-se entender a postulação de Thompson (1984) e Haiman & Thompson (1984) de que as “opções

que a perspectiva discursiva da maior parte dos informantes se refletiu na primazia de relações que, na estrutura da narrativa vista anteriormente, correspondem à seção de **avaliação**. Mesmo sem considerar a possibilidade de estruturação do discurso dissertativo nesse ou em quaisquer outros moldes, percebe-se que as relações que nesse discurso estão expressando causas, contrastes, justificativas, hipóteses, enfim as que estão servindo às formulações abstratas e generalizações — próprias do gênero dissertativo — são do mesmo tipo das relações manifestadas por cláusulas que se prestam à função avaliativa, como componentes da parte de **avaliação** na estrutura da narrativa. E no dissertativo elas também exercem o papel de **fundo**, de suporte para a caracterização da realidade que é objeto da reflexão num dado discurso. Assim, parece **válido postular-se também para o discurso dissertativo uma seção semelhante àquela da narrativa**, e que aqui será chamada de **argumentação**. Da mesma forma, dada a ocorrência, no dissertativo, de relações de TEMPO e PROPÓSITO (embora se trate de um aspecto específico da noção de ‘tempo’, como foi apontado anteriormente), é oportuno considerar-se a existência de uma seção que aqui recebe o rótulo de **encaminhamento**, com funções semelhantes, mas não idênticas, às da seção de **orientação** da narrativa.⁸

4. RELAÇÕES ADVERBIAIS E SOBREPOSIÇÃO DE GÊNEROS

A comparação entre os diversos tipos de discurso apontou para o fato de que algumas relações são mais típicas de um determinado gênero, enquanto em outro elas se apresentam, quando ocorrem, incipientes. Ou ainda: as funções de um determinado tipo de relação adverbial podem diferir de acordo com o gênero do discurso em que elas emergem.

Por outro lado, viu-se que a estruturação dos discursos depende, muitas vezes, de preferências individuais, decorrentes da perspectiva que está sendo dada a um determinado discurso.

Independentemente do fator que esteja interferindo, os resultados das investigações mostraram não haver, num determinado discurso, uma exclusividade de formas. Assim, da comparação dos gêneros narrativo e dissertativo, constatou-se que eles não se opõem quanto à ocorrência dos diferentes tipos de relações adverbiais, mas se diferenciam pela **predominância** de uma ou de outra relação, ou ainda de um conjunto delas. Essa predominância, por sua vez, pode estar sujeita à influência da modalidade ou da variação individual. Por conseguinte, dir-se-á que no *corpus* examinado se distinguem **discursos com predominância narrativa** e **discursos com predominância argumentativa**. E isso é que irá definir a natureza do gênero.

organizacionais” de que o falante se utiliza na construção de seu discurso são definidas culturalmente. Assim, é possível também entender-se a diferença entre, por exemplo, o estilo cultural francês e o anglo-saxão.

⁸ O uso, aqui, dos termos **encaminhamento** e **argumentação**, ao invés dos componentes clássicos de um discurso dissertativo (justificativa, objetivo, análise) teve o objetivo de manter, de alguma forma, a semelhança com os componentes da narrativa.

A análise comparativa dos discursos individuais mostrou que eles variam quanto ao **modo de estruturação**, de acordo com o propósito que se tem em mente e com o objeto representado. Esse propósito, ou **perspectiva discursiva**, levará o usuário da língua a enfatizar determinado aspecto em seu discurso, o que acabará conduzindo à caracterização como narrativo ou dissertativo. Essa ênfase se traduz, por conseguinte, no uso de determinados tipos de relações, bem como no seu nível de incidência no discurso. **E a própria escolha das relações se fará a partir de um conjunto das que são próprias a determinado gênero, com funções bem definidas.**

Nas diversas abordagens dos dados verificou-se a ocorrência de alguns discursos que pareciam representar alguma dificuldade para sua caracterização. Isso se devia ao fato de emergirem neles algumas relações de certa forma inesperadas para o tipo de discurso. Por exemplo, a relação de TEMPO, que foi privilegiada nos discursos narrativos — prestando-se, por isso, à sua caracterização — apareceu em alguns discursos dissertativos, que são, por natureza, **atemporais**, voltados não para uma realidade delimitada no tempo mas para aquilo que ela tem de geral. Dessa forma, seria pelo menos estranho o surgimento dessa relação num discurso que se pretende dissertativo.

Fatos como esse, na verdade, não chegam a impedir o reconhecimento do gênero em que se enquadra um discurso, uma vez que o que interessa, conforme já postulado aqui, é o tipo de predominância exibido pelo discurso. Outra explicação também é cabível ao caso, fundamentada no fenômeno aqui chamado de **sobreposição de gêneros**. Pelo fato de não se oporem, como apontado acima, não se pode dizer, conseqüentemente, que exista um gênero em **estado puro**; os tipos se imbricam possibilitando, assim, a ocorrência de **discursos mistos**. Por exemplo, uma organização causal pressupõe organização temporal (causa antes ou depois do efeito). Logo, estaria explicada a ocorrência da relação de TEMPO mesmo nos discursos dissertativos, que fazem uso da relação de MOTIVO. A mesma explicação pode ser dada para a ocorrência da relação de MOTIVO na narrativa: em situações assim, estariam interessando aos propósitos do falante não tanto a sucessão de eventos ou ações, mas as implicações de ordem causal. Do mesmo modo, num discurso dissertativo pode haver uma narração, a partir da qual se passa a argumentar sobre os aspectos gerais da realidade ali criada, o que leva a formulações abstratas. No entanto, a predominância de uma parte ou de outra é que permitirá a caracterização do discurso como predominantemente argumentativo (ou dissertativo), ou predominantemente narrativo.

A questão da predominância depende, de certa forma, dos tipos de relações que constituem elementos de **orientação** e de **avaliação** na narrativa; e de **encaminhamento** e de **argumentação** no dissertativo. É evidente que não há um tipo que seja específico a um discurso; a sua incidência é que servirá como parâmetro para uma classificação. É possível, portanto, que mesmo num discurso de determinado gênero emergjam relações próprias de outro gênero. Por exemplo, Kato (1988), analisando longitudinalmente redações de uma criança de classe média produzidas entre a primeira e a quarta série do Primeiro Grau, aponta para a **narrativa** como o **lugar da emergência de outros gêneros**. Mostra a autora que a partir da própria estória a criança desenvolve a capacidade de se decentrar do aqui e do agora e passar a um discurso reflexivo, sem

mesmo ter consciência de uma “meta argumentativa”. Assim sendo, embora possam predominar relações típicas da narrativa, aí se mesclam elementos característicos de outros gêneros. E a decentração coloca-se, como argumenta Kato, como um “*pré-requisito para a capacidade dissertativa*” (p.36).

As relações adverbiais emergentes nos discursos aqui examinados distribuem-se conforme a função a que estão servindo, da forma como discriminada a seguir:

a) **orientação** (narr.) / **encaminhamento** (diss.):
relações de TEMPO e PROPÓSITO

b) **avaliação** (narr.) / **argumentação** (diss.):
relações de MOTIVO, CONDIÇÃO, CONCESSÃO, MODO e EXCLUSÃO.

Em outras palavras, pode-se falar em **orientação/encaminhamento** como a seção que tem como elementos as relações de TEMPO e PROPÓSITO; e em **avaliação/argumentação**, a que abarca as relações de MOTIVO, CONDIÇÃO, CONCESSÃO, MODO e EXCLUSÃO. A maior ou menor incidência dessas relações, bem como o tipo que é utilizado, decorrem da influência dos fatores **gênero, modalidade e variação individual**, sendo que **o primeiro ‘subjaz’, por assim dizer, aos outros dois**, ou seja: tanto a modalidade quanto a escolha individual só vão poder agir em função do gênero. Em suma, **o gênero, mais que a modalidade e a variação individual, determina a forma do discurso.**⁹

A divisão acima será alvo de mais comentários a seguir, principalmente no que diz respeito às diferenças entre os discursos baseadas na posição assumida pelas cláusulas hipotáticas adverbiais — os **satélites** — em relação a seus **núcleos**.

5. DIFERENÇAS QUANTO À POSIÇÃO E FORMA DAS CLÁUSULAS ADVERBIAIS

A partir de uma comparação entre os gêneros narrativo e dissertativo, foi averiguado em que medida a posição e a forma das adverbiais podem não só estabelecer diferenças entre esses gêneros, mas revelar influências dos três fatores arrolados acima.

O exame do *corpus* em termos globais, sem distinção de gênero ou modalidade, evidenciou a preferência pelas **formas plenas e pospostas**. Ao se comparar o tipo de preferência quanto à forma e à posição separadamente **por gênero**, os resultados igualam os dois gêneros quanto à posição preferida, ou seja, **ambos privilegiam a posposição**. Além disso, **ambos favorecem a forma plena** das cláusulas adverbiais. Desse modo, cada discurso espelha o resultado do *corpus* global.

⁹ Tannen (1982), comparando narrativas orais e escritas, já postulava que as diferenças entre os discursos não se devem, como outras análises pretendem, tanto à modalidade, mas ao **gênero** do discurso. A autora, no entanto, não entra em maiores detalhes sobre essa influência, nem considera outras interferências, como, por exemplo, a do ‘estilo individual’.

Algumas diferenças já podem, no entanto, ser detectadas. As cláusulas adverbiais no discurso narrativo, **quando pospostas**, não privilegiam uma forma determinada, havendo uma diferença não significativa de 1,6% entre o uso de plenas e reduzidas. Já no dissertativo, a preferência, nessa situação, é dirigida para as formas plenas. Por outro lado, os dois gêneros se diferenciam no que se refere ao favorecimento de cláusulas reduzidas quando pospostas. A distância, em termos percentuais, entre as reduzidas em anteposição e em posposição se apresenta muito maior no narrativo do que no dissertativo.

Assim delineados, esses quadros permitem, ainda que prematuramente, que se atribua ao fator **gênero** a responsabilidade pelas diferenças apontadas entre o discurso narrativo e o dissertativo. Pode-se dizer, então, que tanto o gênero narrativo quanto o dissertativo, ao privilegiarem a **posposição**, estão espelhando a ênfase dada à **avaliação/argumentação** em cada tipo de discurso, já que essa é a posição esperada para cláusulas avaliativas (no gênero narrativo) ou argumentativas (no gênero dissertativo).

Na verificação de uma possível influência da **modalidade** para tal diferenciação, observou-se uma semelhança entre o comportamento do gênero narrativo e o dos discursos da modalidade escrita, o que evidenciou a necessidade de se verificar cada tipo de discurso, separadamente por gênero e modalidade, a fim de se chegar a conclusões mais precisas.

Comparando-se, então, os quatro tipos de discurso — narrativo, oral e escrito; dissertativo, oral e escrito — constatou-se um comportamento diferenciado do dissertativo oral, onde predominam as formas **plenas** das cláusulas pospostas. Isso sugere a interferência do fator **gênero**, mais que a modalidade, já que o mesmo quadro não foi apresentado pelo narrativo oral.

É oportuno ressaltar que, a partir do que mostram os dados específicos a cada discurso, e em comparação com o resultado global de **narrativo versus dissertativo**, todos os quatro tipos de discurso evidenciam o enfoque avaliativo ou argumentativo dado a eles, se se aceitar que a **posposição** é a forma adequada de localização dessas partes da estrutura dos discursos. Tal postulação corrobora as conclusões de Kato, Tarallo et alii (1993). Em sua análise, esses autores colocam as cláusulas adverbiais dentre os **ADJUNTOS**, definidos como “*elementos sintaticamente interpretáveis*” e que são “preenchedores” na margem (ou “ruptores”) de fronteiras de constituintes. Ainda segundo eles, a incidência de cláusulas adverbiais é mais elevada na margem direita do enunciado que lhes serve de **fundo**, entendido por eles como o **contexto sintático**, isto é, constituindo “*os padrões sentenciais que servirão de base para a localização de fronteiras*”.¹⁰

Pode-se dizer, portanto, que os discursos aqui analisados favorecem o preenchimento na margem direita do **núcleo** na relação núcleo-satélite, quando privilegiam a posposição das cláusulas adverbiais.

¹⁰ Os autores chamam a atenção para o fato de a sua definição de FUNDO ser diferente da que é comumente usada. Também no presente trabalho a definição utilizada não se identifica com a daqueles autores.

Considerando que os gêneros se diferenciam, como apontado anteriormente, quanto ao tipo de relações que emergem da articulação hipotática das cláusulas, e diante da situação descrita acima, torna-se necessário averiguar até que ponto a posição de uma cláusula-satélite em relação a seu núcleo está, ou não, vinculada ao tipo de relação que ela expressa, ou mesmo à forma em que se realiza. A análise mostrou, então, a seguinte **tendência geral** nos discursos quanto à posição da cláusula adverbial:

Anteposição/forma	Posposição/forma
Tempo / plena	Propósito / reduzida
Condição / plena	Motivo / plena
Concessão / plena	Concessão / plena
	Modo / plena
	Exclusão / reduzida

Os resultados acima conferem com os da análise de Kato, Tarallo et alii (1993). Examinando a ocorrência dos “adjuntos” em certos espaços, concluem eles (como já mostrado acima) que a margem direita — aqui, **posposição** — é a preferida por esses preenchedores sintáticos. Desses, no entanto, as cláusulas adverbiais finitas e as cláusulas reduzidas ocorrem nas duas laterais do enunciado. Segundo aqueles autores, o que vai determinar a entrada de um “adjunto” numa fronteira de constituinte é sua função, mais que sua forma. Assim, de modo semelhante ao que se está vendo na presente análise, nos dados examinados por eles privilegiam a margem esquerda (anteposição) os “adjuntos” temporais, condicionais e proporcionais (esses últimos incluídos, em Decat (1993), no escopo da proposição relacional de TEMPO); e privilegiam a margem direita os “adjuntos” causais, finais, concessivos e conformativos. Apontam, ainda, os autores, que a preferência pela margem esquerda decorre do fato de adjuntos como os temporais estarem constituindo a **orientação** do evento.

Um exame dos comportamentos diferenciados detectados no corpus da presente análise evidencia a necessidade de alguns comentários aqui. Quanto às funções de **orientação/encaminhamento** ou de **avaliação/argumentação** exercidas pelas cláusulas adverbiais, o quadro diferenciado que se delinea não reflete o que foi proposto anteriormente, ou seja: em **orientação/encaminhamento** deveriam ocorrer as relações de TEMPO e PROPÓSITO; as demais constituiriam a **avaliação/argumentação**. Assim, só se confirma o que foi postulado para a relação de TEMPO. Carecem de explicação a ocorrência de CONDIÇÃO e CONCESSÃO antepostas e a ocorrência de PROPÓSITO posposto.

Numa primeira tentativa pode-se aventar a hipótese de que está ocorrendo nesses discursos o que já tinha sido admitido por Labov & Waletzky (1967) para os **deslocamentos** da seção de orientação, na narrativa. Para eles, quando isso ocorre, o **que foi deslocado passa a desempenhar outra função**, ou seja, a avaliação. Assim se explicaria, na visão da presente análise, a posposição de cláusulas adverbiais que manifestam a relação de PROPÓSITO: essa seria uma **localização estratégica** — como aponta Labov (1972) — que muito provavelmente decorre da perspectiva dada ao

discurso pelo falante. Ou seja, a forma específica do discurso existe em função daquilo que está ali representado, isto é, comunicado.

O mesmo raciocínio pode ser usado para explicar a anteposição de cláusulas de CONDIÇÃO e de CONCESSÃO, que estariam, nesse caso, servindo à **orientação/encaminhamento** do discurso. Isso talvez não seja necessário pois, pelo próprio fato de terem essa **função avaliativa**, é que as cláusulas que manifestam essas relações podem ocorrer onde se fizerem necessárias, espalhadas, portanto, por todo o discurso, como postula Labov (1972). E isso poderia acontecer também com as outras relações. Entretanto, é possível que esteja interferindo nesse caso o fator **variação individual**, que será discutido adiante.

Uma outra explicação para a anteposição de cláusulas que manifestam a relação de CONDIÇÃO pode fundamentar-se no fato de essa relação constituir, como sugere Kato (1986) — e retomado em Kato, Tarallo et alii (1993) — “um tipo de canonicidade semântica”, vindo a “premissa antes da conclusão”.

Finalmente, cabe registrar que alguns discursos individuais revelam um comportamento interessante no que se refere ao privilégio de uma ou outra margem para preenchimento por cláusulas adverbiais. De modo geral os informantes distribuem, de alguma maneira, as cláusulas por ambas as margens, mesmo privilegiando uma delas. No entanto, há discursos em que a preferência é categoricamente por uma das margens. E quando isso acontece, a margem preferencial é a da direita, como evidenciaram quatro dos discursos, dos quais dois se destacam ainda mais por terem o mesmo comportamento no narrativo escrito. É possível explicar-se isso como uma influência do fator **gênero**, uma vez que no dissertativo os discursos desses informantes já não se comportam dessa maneira, embora apresentem outros aspectos diferenciadores.

No dissertativo escrito também é possível perceber a influência do **gênero**; só que aqui a **modalidade** também contribui para a diferenciação dos discursos individuais. Assim, dois informantes exibiram discursos em que se detecta a mesma situação descrita acima: nenhum desses dois discursos faz uso de **anteposição**. A comprovação de que a **modalidade** também está influenciando é o fato de que no dissertativo oral não houve esse uso **exclusivo** de uma só margem de preenchimento.

6. CONCLUSÃO

De tudo o que se discutiu aqui fica a conclusão geral de que as pessoas fazem uso da língua na forma apropriada ao gênero e aos objetivos que se quer atingir. De modo mais específico pode-se dizer que os discursos se diferenciam quanto ao tipo de relações privilegiadas, às funções a que elas se prestam, às ordens preferenciais de ocorrência do **satélite** — as cláusulas adverbiais — em relação a seu núcleo, enfim quanto à própria incidência das cláusulas adverbiais.

Tendo-se mostrado a hipotaxe adverbial um parâmetro para a diferenciação dos discursos, a análise concluiu por uma **progressão de influência** dos três fatores que, conjugados, determinam o fenômeno da articulação de cláusulas adverbiais em português. Desses, o **gênero** evidencia-se como o mais produtivo, aquele que subjaz à

interferência da **modalidade** e da **variação individual**. Assim, a natureza das relações emergentes entre as cláusulas será definida pelo **gênero**, havendo predominância de certos tipos conforme se trate de narrativo ou dissertativo. Por outro lado, a influência da **modalidade** está relacionada à ocorrência de conexões implícitas e conexões explícitas (com uma marca formal, como o conectivo). A maior ou menor incidência dessas conexões decorre do fato de o discurso ser oral — tendendo a favorecer as conexões implícitas — ou escrito, em que tendem a predominar as explícitas.

A influência da modalidade mostrou-se também presente na determinação da ocorrência geral de cláusulas adverbiais. No entanto, a maior ou menor incidência no oral ou no escrito **depende do gênero do discurso**.

Interagindo com o **gênero** e com a **modalidade**, a **variação individual** mostrou-se também produtiva na diferenciação dos discursos, na medida em que a escolha feita pelo falante influenciou no quadro geral da caracterização do gênero discursivo. A conclusão, no entanto, é de que essa **escolha** parece não ser livre, mas se faz **a partir de um repertório de possibilidades impostas pelo gênero ou até mesmo pela modalidade**. Isso não invalida, entretanto, a postulação de que a manifestação externa da hipotaxe adverbial reflete o ‘perfil’ do falante, o seu ‘sotaque sintático’, no sentido de que as opções que ele faz direcionam o uso das cláusulas adverbiais. Assim, o privilégio dado ao componente de **orientação** ou ao de **avaliação**, no discurso narrativo, e ao componente de **encaminhamento** ou ao de **argumentação**, no discurso dissertativo, revelam a escolha funcional do falante, com vistas a servir a seus propósitos comunicativos, à perspectiva que ele quer dar ao discurso.

À vista desses aspectos, reforça-se a conclusão de que **a análise da hipotaxe com base discursiva se mostra como crucial para se entender a estrutura coesiva do discurso**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1984, v.1.
- HAIMAN, John, THOMPSON, S.A. “Subordination” in Universal Grammar. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley: BERKELEY Linguistics Society, 1984. p.510-523.
- KATO, M.A. *A formal-functional approach: or an integrated view of language description*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985. (trabalho apresentado no ENPULI)
- _____. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1986. 144 p.
- _____. Aprendendo a redigir e a pensar. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, n.14, p.27-37, 1988.
- KATO, M.A., TARALLO, F. et al. Preenchedores sintáticos nas fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, A.T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, v.3., 1993.
- LABOV, W., WALETZKY, J. Narrative Analysis: Oral Versions of Personal Experience. In: ANNUAL SPRING MEETING OF THE AMERICAN ETHNOLOGICAL SOCIETY, 1966, Seattle. *Proceedings...* Seattle: University of Washington Press, 1967. (Ed. June Helm, *Essays on the verbal and visual arts*)
- LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

- MARTIN, J.R. Process and text: two aspects of human semiosis. In: BENSON, J.D., GREAVES, W.S. (Ed.) **Systemic perspectives on discourse**, Norwood: Ablex Publishing, 1985, v.1. p.248-274. (Advances in Discourse Processes, XV)
- MATTHIESSEN, Christian & Sandra THOMPSON. The Structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, THOMPSON (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p.275-329.
- TANNEN, Deborah. Oral and Literate Strategies in Spoken and Written Narratives. **Language**, v.1, n.58, p.1-21, 1982.
- THOMPSON, S. A. Subordination in Formal and Informal Discourse. In: SCHIFFRIN, Deborah (Ed.) **Meaning, form, and use in context: linguistic applications**. Washington: Georgetown University Press, 1984. p.85-94.
- _____. Subordination and Narrative Event Structure. In: TOMLIN, Russel S. **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p.435-454.

ANEXO

Incidência das relações hipotáticas adverbiais

RELAÇÕES	NARRATIVO				DISSERTATIVO							
	oral	escrito	geral	oral	escrito	geral	escrito	geral				
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%				
TEMPO	44	32,3	19	33,9	63	32,8	20	11,9	28	21,5	48	16,1
PROPÓSITO	40	29,4	8	14,9	48	25,0	31	18,4	35	26,9	66	22,1
MOTIVO	32	23,5	15	26,8	47	24,5	62	36,9	16	12,3	78	25,8
CONDIÇÃO	8	5,9	3	5,3	11	5,7	39	23,2	19	14,6	58	19,5
CONCESSÃO	6	4,4	5	8,9	11	5,7	6	3,6	14	10,7	20	6,7
MODO	5	3,7	5	8,9	10	5,2	5	3,0	15	11,5	20	6,7
EXCLUSÃO	1	0,8	1	1,8	2	1,0	5	3,0	3	2,3	8	2,7
TOTAL	136	100,0	56	100,0	192	100,0	168	100,0	130	100,0	298	100,0